



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PARECER JURÍDICO**

**Processo licitatório: Concorrência Pública nº 014/2022**

**Interessado: Comissão Permanente de Licitações**

**1 – OBJETO**

Trata-se de parecer jurídico referente aos recursos apresentados nos autos da concorrência pública nº 014/2022, cujo objeto é a *“contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra para execução do loteamento Vida Nova, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro.”*

A recorrente Construlog Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.224.669/0001-71, aduz, em síntese, que a licitante recorrida Telas Telar, que restou inabilitada nos autos deste processo licitatório, também não teria apresentado atestado de capacidade técnica referente aos serviços de execução de rede de abastecimento de água potável, que seria o serviço de maior complexidade da obra. Além disso, refere também que, conforme a resolução nº 21/2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), os profissionais vinculados a este conselho profissional somente poderiam se responsabilizar tecnicamente pela execução de obras de instalações e equipamentos em edificações, e não em loteamentos, tal qual é o objeto do processo licitatório.

Deste modo, a maioria dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida Telas Telar não serviriam para demonstrar a experiência prévia desta na execução de obras similares aquela ora licitada, impondo a manutenção da decisão de inabilitação proferida.

Por sua vez, a licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.009.459/0001-11, apresentou recurso em face da decisão da comissão permanente de licitações que entendeu por inabilitá-la nos autos da presente licitação, por não atender à exigência constante do item nº 7.1.4, *b.1*, do edital licitatório, referente a obrigação dos licitantes apresentarem atestado de capacidade técnica demonstrado a prévia experiência na realização de serviços envolvendo *“filtro anaeróbico circular.”*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

No ponto, a recorrente aduz que teria apresentado, juntamente aos demais documentos exigidos para fins de habilitação, certidão de acervo técnico (CAT) contendo o registro de atestado nº 1986706 (ART nº 12360426), o qual comprovaria a experiência prévia da mesma na execução de estações de tratamento de esgoto, demonstrando que esta é capaz de executar sistema de esgotamento com filtro anaeróbico circular, nos exatos termos em que exigido no edital licitatório. Continua aquela afirmando que as exigências de que os licitantes comprovem o prévio desempenho de atividades compatíveis com o objeto licitado tem por finalidade trazer segurança ao ente público contratante da capacidade técnica daqueles, o que esta teria amplamente demonstrado através da documentação juntada, não havendo qualquer motivo para embasar sua inabilitação.

Também, a recorrente Telas Telar se insurge em face da habilitação das licitantes Construlog e Efeito, uma vez que estas não teriam cumprido com as exigências constantes do edital para fins de habilitação dos participantes. Neste sentido, em relação a licitante Construlog, a recorrente refere que a mesma não teria cumprido com a exigência constante no item nº 7.1.4, b.1 (*lastro de vala com preparo de fundo*) do edital licitatório, pois os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovariam a execução de obras com este objeto na metragem mínima requerida (de 126 metros cúbicos). Também, menciona que o objeto social da licitante Construlog, conforme o contrato social apresentado por esta, não abrangeria o objeto ora licitado, assim impondo a inabilitação desta, nos termos do item nº 2.1, b, do edital que regula o certame.

Já em relação a licitante Efeito, que restou inabilitada nos autos desta licitação, a recorrente manifesta que, além dos motivos referidos pela comissão permanente de licitações na ata de julgamento da fase de habilitação, também haveriam inconsistências nos índices financeiros apresentados para fins de comprovação de sua capacidade econômica – financeira, como exigido no item nº 7.1.3, b.1, do edital. No ponto, aquela teria se utilizado de dois valores distintos em relação ao seu ativo total para fins de cálculo dos índices exigidos, sendo que se esta se utilizasse do menor valor apresentado não teria atendido às métricas exigidas.

Por fim, a recorrente junta excertos jurisprudenciais e requer o provimento de seu recurso para fins de que seja considerada habilitada nos autos do presente certame, bem como para que a licitante Construlog seja considerada inabilitada.





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Também, a licitante Telas Telar apresentou contrarrazões ao recurso da empresa Construlog, aduzindo que o serviço de construção de rede de abastecimento de água potável não seria o de maior complexidade em relação ao todo licitado, pois o próprio edital, em seu item nº 7.1.4, *b.1* e *b.2*, mencionaria os serviços de maior complexidade, exigindo a comprovação da experiência prévia dos licitantes na execução destes.

Outrossim, a recorrida afirma que um dos atestados de capacidade técnica apresentados por esta (referente a estação de tratamento e esgoto – ETE) possui profissional engenheiro civil responsável, ao contrário do afirmado pela recorrente. Além disso, aquela refere que era possibilitado aos participantes da licitação apresentarem atestados de responsabilidade técnica de arquitetos e urbanistas, exceto para realização de obras de fundações profundas, como expressamente menciona o edital em seu item nº 7.1.4, *b.2*, *e*. Assim, a recorrida Telas Telar requer o indeferimento do recurso apresentado pela licitante Construlog.

Por fim, a licitante Construlog apresentou contrarrazões ao recurso apresentado pela empresa Telas Telar, referindo, em síntese, que os atestados de capacidade técnica apresentados por ela atendem a todos os requisitos constantes do edital, demonstrando que a mesma possui ampla capacidade para executar o objeto licitatório. Já em relação ao objeto social da empresa, aquela refere que seu contrato social menciona expressamente que esta tem por atividades a execução de obras de infraestrutura, sendo que o objeto ora licitado estaria incluso nesta categoria, trazendo o disposto na lei federal nº 6.766/79 para corroborar sua alegação.

Com base no exposto, a recorrida Construlog requer o indeferimento do recurso apresentado pela licitante Telas Telar, com a manutenção de sua habilitação no presente certame. Assim, feito este breve resumo dos recursos e contrarrazões apresentados, passa-se a análise do mérito destes.

## 2 – DO MÉRITO

De início, conforme se depreende da análise dos recursos e das contrarrazões apresentadas, verifica-se que os mesmos versam sobre questões eminentemente técnicas,



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

relacionadas, em especial, com a análise e interpretação de atestados de capacidade técnica apresentados pelos licitantes e se estes atendem as exigências constantes do edital licitatório.

Neste sentido, considerando que o presente parecerista não dispõe do conhecimento específico necessário para analisar tais questões, solicitou-se parecer técnico ao setor técnico competente desta municipalidade, que segue em anexo ao presente parecer e cujas razões consideram-se integradas a este. Outrossim, para melhor clareza e precisão, os recursos e contrarrazões serão analisados no presente parecer com base ao licitante ao qual se referem, na forma que segue.

### **2.1 – Da licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda**

No que tange à licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, a mesma apresentou recurso em face da decisão da comissão permanente de licitações contestando sua inabilitação nos autos da Concorrência Pública nº 014/2022, referindo, em síntese, que teria apresentado, juntamente aos demais documentos exigidos para fins de habilitação, certidão de acervo técnico (CAT) contendo o registro de atestado nº 1986706 (ART nº 12360426), o qual comprovaria a experiência prévia da mesma na execução de estações de tratamento de esgoto, demonstrando que esta é capaz de executar sistema de esgotamento com filtro anaeróbico circular, nos exatos termos em que exigido no edital licitatório.

Neste sentido, aquela afirma que as exigências de que os licitantes comprovem o prévio desempenho de atividades compatíveis com o objeto licitado tem por finalidade trazer segurança ao ente público contratante da capacidade técnica daqueles, o que estaria amplamente demonstrado através da documentação juntada pela mesma nos autos do processo licitatório, não havendo qualquer motivo para embasar sua inabilitação.

Em análise da ata de julgamento da fase de habilitação do certame ora em análise, verifica-se que a recorrente Telas Telar foi inabilitada haja vista:

*Sobre as licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, o parecer relata que a empresa não apresentou atestado para comprovação do item filtro anaeróbico.*





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Neste ponto, dispunha o edital licitatório:

### 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O envelope nº 01 – documentos de habilitação, deverá conter, obrigatoriamente e sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo relacionados.

(...)

#### 7.1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

b) comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de, no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, comprovando que a proponente e/ou o responsável técnico da proponente executou serviços de características semelhantes em qualidade e complexidade tecnológica ao do objeto licitado, com quantitativos mínimos ou superiores a 30% do quantitativo para os serviços de maior relevância, conforme abaixo:

(...)

- Filtro anaeróbico circular, em concreto pré-moldado, diâmetro interno = 3,00, altura interna de 3,30M.  $04,00 \times 30\% = 1,20\text{un}$

Conforme se verifica da análise deste excerto editalício, era exigido dos licitantes que participassem do processo licitatório que os mesmos apresentassem atestados de capacidade técnica comprovando a prestação de serviços semelhantes ao objeto licitatório, especificamente em relação aos serviços de maior relevância expressamente destacados no edital. Outrossim, sobre a exigência de qualificação técnica, dispõe a lei nº 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

Como se verifica, é plenamente possível e legal que o ente público licitante exija dos participantes de processo licitatório que estes apresentem documentação voltada a comprovar o prévio desempenho de atividades similares em características, quantidades e prazos em relação ao objeto da licitação. Tal dispositivo busca criar mecanismo visando trazer segurança ao ente público de que o ganhador do processo licitatório de fato dispõe de expertise e capacidade operacional para cumprir com as obrigações contratuais que resultarão do contrato administrativo, atendendo assim à necessidade administrativa que ensejou a realização do certame.

Neste sentido, tal dispositivo, em que pese possa restringir o universo possível de eventuais licitantes aptos a participarem de determinado certame, se volta ao atendimento do interesse público e também à concretização do princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da CF), haja vista que o processo licitatório é o meio pelo qual a administração pública busca atender aos seus interesses e necessidades, que por sua vez se voltam a concretização do interesse público. Deste modo, a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica busca assegurar que o ganhador de uma licitação tenha plena capacidade de cumprir com o objeto licitado, garantindo eficácia às políticas públicas e eficiência no dispêndio dos recursos humanos e financeiros do ente público licitante.

No ponto, como já ressaltado, a recorrente Telas Telar afirma ter apresentado atestado de capacidade técnica junto aos seus demais documentos de habilitação que comprovaria que a mesma já realizou os serviços de características semelhantes a construção de sistema de esgotamento com filtro anaeróbico, atendendo plenamente às exigências editalícias. Sobre este ponto, assim se manifestou o setor técnico desta municipalidade:

*A empresa Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda apresentou recurso contra a decisão da comissão de licitações, em 28/02/2023, referente à inabilitação por não apresentar atestado de*





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*responsabilidade técnica para o serviço de filtro anaeróbico circular, conforme o edital, no item 7.1.4., alínea b.1. No recurso, é demonstrado que um dos atestados técnicos apresentado é de uma estação de tratamento de esgoto – ETE, que possui uma complexidade e características superiores à execução de um filtro anaeróbico circular. Assim, acredito que a decisão inicial referente à inabilitação da empresa por esta questão deve ser retificada, habilitando a empresa Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda.*

Neste sentido, também é importante consignar que as exigências de qualificação técnica devem se limitar ao mínimo para comprovar que determinado licitante dispõe de capacidade para execução do objeto editalício, uma vez que quaisquer exigências que superem este parâmetro constituem restrições indevidas à ampla possibilidade de participação e impactam também na obtenção da oferta mais vantajosa ao ente público licitante. Inclusive, isso pode-se depreender do disposto no art. 37, XXI, da CF, que dispõe:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Portanto, considerando que a recorrente Telas Telar apresentou atestado de capacidade técnica que demonstra que a mesma tem prévia experiência na execução de serviço de características mais complexas do que a construção de sistema de filtro anaeróbico circular, a



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

inabilitação da empresa mostra-se indevida, haja vista que esta demonstrou possuir qualificação técnica para executar o objeto licitado.

Neste sentido, a jurisprudência:

*APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.*

*AÇÃO DECLARATÓRIA. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO*

*PREGÃO ELETRÔNICO. A empresa correu cumprir com todas as*

*exigências editalícias, inexistindo irregularidade na sua habilitação. O*

*patrimônio líquido exigido no Edital possui a finalidade de garantir o*

*cumprimento da obrigação contratual pela empresa vencedora, de*

*forma que seu valor deve guardar relação com o valor estimado da*

*contratação, sob pena de, desvirtuando a finalidade da norma, ser*

*restringida a concorrência do certame. Hipótese em que a empresa*

*autora informou diversos itens da planilha que compõe o preço do*

*serviço com equívocos, situação que não pode ser tratada como mero*

*erro formal passível de correção com o reenvio da planilha.*

*Considerando a complexidade na formação do preço, a qual*

*demandou, inclusive, a realização de perícia contábil, não seria cabível*

*exigir do pregoeiro a diligência. Honorários advocatícios majorados,*

*a fim de adequar a verba aos ditames do art. 85, § 2º, do CPC.*

*APELAÇÃO DA AUTORA DESPROVIDA. APELO DA RÉ PROVIDO.*

*(TJ/RS, AC nº 70080685738, relator Desembargador Newton Luís*

*Medeiros Fabrício, 1ª Câmara Cível, julgado em 24/04/2019, publicado*

*em 13/05/2019)*

Outrossim, a recorrente Construlog Ltda referiu em seu recurso, sobre a documentação de habilitação apresentada pela licitante Telas Telar, que a mesma não teria apresentado atestado de capacidade técnica comprovando a experiência prévia na execução de serviços de execução de rede de abastecimento de água potável, que supostamente seria o serviço de maior complexidade da obra licitada. Além disso, refere também que, conforme a resolução nº 21/2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), os profissionais vinculados a este





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

conselho profissional somente poderiam se responsabilizar tecnicamente pela execução de obras de instalações e equipamentos em edificações, e não em loteamentos, tal qual é o objeto do processo licitatório, sendo que os atestados apresentados por aquela empresa seriam firmados, em sua maioria, por arquitetos.

Sobre tais questões, assim se manifestou o setor técnico desta municipalidade:

*A empresa Construlog Ltda apresentou recurso administrativo em 23/02/2023, solicitando a impugnação da empresa Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda em razão da empresa não apresentar capacidade técnica de serviço de rede de abastecimento de água potável, que seria o serviço de maior complexidade da obra. Entretanto, o edital, no item 7.1.4, alínea b, identifica que os serviços de maior relevância são rede de abastecimento de esgoto e rede de pavimentação, para o qual foram apresentados os atestados de forma correta.*

*Também no recurso apresentado pela Construlog Ltda, é solicitada a impugnação da empresa Telas Telar em razão de a empresa apresentar em sua maioria atestados técnicos de arquitetos. Entretanto, o edital permite que o registro profissional da empresa possa ser junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), situação na qual o responsável técnico será, por consequência, um arquiteto. Além disso, a empresa apresentou também registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), indicando uma engenheira civil como responsável técnica e um atestado de capacidade técnica da mesma.*

Neste sentido, sobre a questão relacionada a não apresentação de atestado de capacidade técnica relacionado a construção de rede de abastecimento de água potável, primeiro necessário ressaltar que tal exigência não constava no edital que regula o presente certame, que claramente define quais os serviços de maior relevância relacionados com a execução do objeto que se busca contratar.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Portanto, não constando tal exigência do edital licitatório, a apresentação ou não daquele atestado não pode ser utilizado como critério para habilitação e/ou inabilitação de qualquer licitante, uma vez que o edital é o instrumento normativo no qual o ente público deve se basear no julgamento do processo licitatório, como expressamente dispõe o art. 41, caput, da lei nº 8.666/93. Por outro lado, cabe também consignar que a ora recorrente, caso entendesse necessária a inclusão da exigência referida, poderia ter impugnado os termos do edital, e, em não o fazendo, também esta vinculada, tal qual os demais licitantes, vinculados aos termos editalícios.

Já em relação aos demais atestados apresentados pela recorrida Telas Telar, cabe destacar o disposto no edital licitatório, em seu item nº 7.1.4, *d e e*:

*d) na hipótese de o atestado ser em nome do responsável técnico da licitante, este deverá estar devidamente registrado no CREA/CAU e vir acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT deste.*

*e) caso o responsável técnico pela licitante seja arquiteto e urbanista (não apto a responsabilizar-se tecnicamente pela execução de fundações profundas), esta deverá indicar no ato da contratação engenheiro civil devidamente registrado no CREA, comprovando seu vínculo com a licitante – através de uma das opções da alínea “b.1”.*

Da análise deste excerto editalício, depreende-se que era oportunizado aos licitantes que os mesmos apresentassem atestados de capacidade técnica firmados por arquitetos e urbanistas, assim não havendo qualquer vício no aceite de atestados apresentados desta forma pelos participantes da presente concorrência pública. Novamente, caberia a ora recorrente ter impugnado os termos do edital, no momento anteriormente oportunizado, caso entendesse que tal possibilidade seria indevida e, em não o fazendo, a mesma aceitou se submeter ao disposto nestas alíneas.

Além do mais, exigiu-se que os licitantes também apresentassem, seja durante o processo licitatório ou no momento de assinatura do contrato administrativo que advirá deste, profissional engenheiro civil para responsabilizar-se pela execução dos serviços, o que foi atendido pela licitante Telas Telar, como refere expressamente o parecer técnico.





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Deste modo, considerando o exposto, opina-se pelo deferimento do recurso apresentado pela licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, unicamente para que a mesma seja considerada habilitada nos autos da concorrência pública nº 014/2022, bem como pelo indeferimento do recurso apresentado pela licitante Construlog Ltda no que concerne a habilitação da licitante Telas Telar.

### **2.2 – Da licitante Construlog Ltda**

A recorrente Telas Telar também se insurge em face da habilitação da licitante Construlog, uma vez que esta não teria cumprido com as exigências constantes do edital para fins de habilitação dos participantes. Neste sentido, a recorrente refere que a mesma não teria cumprido com a exigência constante no item nº 7.1.4, b.1 (*lastro de vala com preparo de fundo*) do edital licitatório, pois os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovariam a execução de obras deste objeto na metragem mínima requerida (de 126 metros cúbicos). Também, menciona que o objeto social da licitante Construlog, conforme o contrato social apresentado por esta, não abrangeria o objeto ora licitado, assim impondo a inabilitação desta, nos termos do item nº 2.1, b, do edital que regula o certame.

Com base no exposto, a recorrente Telas Telar requer o deferimento de seu recurso para que a licitante ora recorrida seja considerada inabilitada nos autos da presente licitação. Esta, por sua vez, apresentou contrarrazões ao recurso, referindo, em síntese, que os atestados de capacidade técnica apresentados por ela atendem a todos os requisitos constantes do edital, demonstrando que a mesma possui ampla capacidade para executar o objeto licitatório. Já em relação ao objeto social da empresa, aquela refere que seu contrato social menciona expressamente que esta tem por atividades a execução de obras de infraestrutura, sendo que o objeto ora licitado estaria incluso nesta categoria, trazendo o disposto na lei federal nº 6.766/79 para corroborar sua alegação.

Sobre as questões trazidas pela recorrente Telas Telar, o parecer técnico refere que:

*A empresa Telas Telar também apresentou recurso administrativo na data de 28/02/2023 referente à habilitação da empresa Construlog Ltda. No recurso, foi indicado que a Construlog não apresentou*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*atestado técnico em quantidade conforme o edital para o item Lastro de Vala com preparo de fundo com camada de brita, que deveria ser de, no mínimo, 126 m<sup>3</sup>. Entretanto, a empresa apresentou, no atestado do município de Novo Hamburgo, da engenheira Clarice Kayser Kehl, a realização de 3.428,88 m<sup>2</sup> de leito de pedra britada 5cm na infraestrutura da obra. Esta quantidade, quando convertida em m<sup>3</sup>, equivale a 171,44 m<sup>3</sup>, atingindo a quantia mínima solicitada e sendo uma atividade de semelhante característica e complexidade, devendo se manter habilitada.*

*Neste mesmo recurso, foi questionado a inexistência de atividade no contrato social da empresa Construlog condizente com o objeto do contrato. Entretanto, a cláusula 4º do contrato define, entre outras atividades, a “execução de obras de terraplanagem, infraestrutura, paisagismo e jardinagem”. Conforme demonstrado nas contrarrazões apresentadas pela empresa Construlog, a atividade de infraestrutura compreende o escoamento de águas pluviais, esgotamento sanitário, iluminação pública e abastecimento de água potável, itens que são objeto da presente licitação.*

Assim, como destacado no excerto trazido acima, os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida Construlog Ltda são aptos a demonstrarem a capacidade desta em executar as obras objetos do processo licitatório, inclusive as parcelas de maior relevância destacadas no edital, não havendo qualquer motivo para declarar a mesma inabilitada.

Também, em relação ao ponto suscitado sobre o objeto social da recorrida, conforme disposto em seu contrato social, não abranger a realização das obras que se buscam contratar, cabe destacar que tal instrumento contratual faz referência expressa a realização de serviços de “*infraestrutura*”, categoria nos quais estão abrangidos os serviços objetos da concorrência pública ora em análise. Deste modo, a recorrida Construlog Ltda possui a plena capacidade de executar o ora licitado, não havendo qualquer óbice na documentação por esta apresentada que justifique sua inabilitação.





## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Assim, pelo exposto e considerando o referido no parecer técnico, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda no que tange à inabilitação da recorrida Construlog, mantendo-se integralmente a decisão da comissão permanente de licitações neste ponto.

### **2.3 – Da licitante Efeito Comércio e Construções Ltda**

Por fim, a recorrente Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda aduz, em relação a licitante Efeito Comércio e Construções Ltda, que, além dos motivos referidos pela comissão permanente de licitações na ata de julgamento da fase de habilitação, também haveriam inconsistências nos índices financeiros apresentados para fins de comprovação de sua capacidade econômica – financeira, como exigido no item nº 7.1.3, b.1, do edital. No ponto, aquela teria se utilizado de dois valores distintos em relação ao seu ativo total para fins de cálculo dos índices exigidos, sendo que se esta se utilizasse do menor valor apresentado não teria atendido às métricas exigidas.

Porém, cabe destacar que a licitante recorrida Efeito Comércio e Construções Ltda restou inabilitada nos autos do presente certame, não tendo apresentado recurso em face da decisão proferida pela comissão permanente de licitações. Deste modo, com o trânsito em julgado administrativo desta decisão em relação a esta licitante, a análise do presente recurso resultaria inócua, haja vista que a insurgência da recorrente, neste ponto, não possui objeto válido.




## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### **3 – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, opina-se pelo parcial provimento do recurso interposto pela licitante Telas Telar Pavimentação e Terraplanagem Ltda, unicamente para fins de que esta seja considerada habilitada nos autos do presente certame, e pelo não provimento dos demais recursos, nos termos acima.

Campo Bom/RS, 14 de março de 2023.

  
Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015